



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

# CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

## GREVE DO MAGISTÉRIO

# Governador mantém MP e pede retomada das aulas

**"Raimundo Colombo disse que 'sempre soube' que proposta causaria achamento na tabela salarial"**  
**(DC, Geral, p. 33)**

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site [www.sed.sc.gov.br](http://www.sed.sc.gov.br) e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: [www.sc.gov.br](http://www.sc.gov.br)

**Data: 31/5/11**



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 31/5/11
Assunto: Greve do Magistério – Governador mantém MP e pede retomada das aulas		Página: 33

# GREVE DO MAGISTÉRIO

## Governador mantém MP e pede retomada das aulas

Raimundo Colombo disse que “sempre soube” que proposta causaria achatamento na tabela salarial

JÚLIA ANTUNES LORENÇO \*

De volta a SC, o governador Raimundo Colombo pediu, ontem, aos professores da rede estadual, em greve há 14 dias, que voltem às aulas, para que haja novas negociações e avanço na proposta. Ele afirmou que é impossível atender à reivindicação dos docentes, que exigem pagamento do piso seguindo a progressão na carreira.

Colombo disse que sempre soube do achatamento na tabela salarial que a proposta causaria e que um novo plano de carreira está sendo discutido. Ele descartou retirar a medida provisória (MP) que tramita na Assembleia Legislativa.

– Tem um prazo e ela será votada em 60 dias – garantiu Colombo, que toma café da manhã hoje com deputados para tratar do assunto.

O governador informou que estudos continuam sendo feitos, para que se consiga melhorar a proposta apresentada na semana passada. A decisão garante o pagamento do piso nacional do magistério de R\$ 1.187 para 35 mil professores (53%) da rede estadual que ainda não recebiam isso no salário-base. Para os demais docentes, nada mudou.

O governador disse desconhecer o pedido de audiência por parte do Sindicato dos Trabalhadores em Edu-

cação (Sinte), porém, garantiu estar à disposição para conversar.

Amanhã, Colombo terá uma reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad. O governador irá pedir os recursos prometidos pelo governo federal a estados e municípios que não têm condições de cumprir o piso. Ele também quer esclarecimentos sobre a lei e informações de como os outros estados estão fazendo

para a legislação. O governador ainda observou que em janeiro de 2012 haverá um novo reajuste, de 22%, sobre os R\$ 1.187 atuais.

### Em Lages, recepção com vaias, apitos e buzinas

Em Lages, onde foi receber um prêmio, o governador foi vaiado por cerca de cem professores. Os manifestantes carregavam faixas e usavam apitos e buzinas. Para entrar, Colombo precisou passar entre os manifestantes. Visivelmente constrangido, ele falou com algumas pessoas e chamou quatro professores para uma conversa que durou 30 minutos dentro do centro de eventos.

[julia.antunes@diario.com.br](mailto:julia.antunes@diario.com.br)

\*Colaboraram Mayara Rinaldi e Pablo Gomes



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 31/5/11
Assunto: Greve do Magistério – Governador mantém MP e pede retomada das aulas		Página: 33

# De anônima a celebridade

Há três semanas, Amanda Gurgel era um nome desconhecido no Brasil. Mas, ontem, em Florianópolis, ao pisar na Praça Tancredo Neves, no Centro, para participar do Dia D, recebeu abraços, palavras de carinho e agradecimento e muitos pedidos de fotos e autógrafos. Professora da rede pública do Rio Grande do Norte, Amanda descartou a possibilidade de se candidatar a cargo político. Para ela, a prioridade é fortalecer movimentos em favor da educação. A seguir, algumas opiniões da professora.

## SC x RN

“Eu não tive tempo de visitar nenhuma escola, mas peguei depoimentos de colegas. Aqui está tão precário quanto no RN. Tanto em termos de salários quanto de infraestrutura. O custo de vida aqui é tão alto e o professor daqui ainda recebe menos

do que o de lá. A situação aqui, neste aspecto, é ainda pior.”

## PNE

“Não dá para acreditar no Plano Nacional de Educação. O PNE de 2011 a 2020 traz como meta reservar 7% do Produto Interno Bruto (PIB) para educação. Essa meta já existia no PNE para 2000 a 2010 e não foi cumprida. A tendência nos investimentos em educação é piorar a cada governo. Vamos fazer um tuitaço, amanhã (hoje), a partir das 20h, com a hashtag 10% do PIB já.”

## Greve em SC

“Estou muito orgulhosa dos meus colegas professores, que estão com adesão de quase 100% e que estão resistindo, apesar do autoritarismo do governador, que mandou uma

MP pra ser votada sem que houvesse discussão e que ainda reduz os direitos conquistados com muita luta, que é o plano de cargos e salários. É um movimento que merece mais respeito por parte do governo.”

## Repercussão

“Me sinto com uma responsabilidade muito grande, que é a de representar os professores do Brasil inteiro. Eles se sentiram representados pela minha fala, e por isso eu me sinto na obrigação de estar aqui e onde esteja acontecendo greves. Não diria que sou um símbolo, mas sou uma voz, que estou emprestando para os colegas. Estou feliz por ajudar.”



**diario.com.br**

> Assista ao discurso que tornou a professora Amanda Gurgel conhecida em todo o país.



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 30/5/11
Assunto: Greve do Magistério – Governador mantém MP e pede retomada das aulas		Página: 33

# Ato reúne mil no Centro de Florianópolis

Enquanto o governador Raimundo Colombo concedia entrevista, cerca de mil professores faziam uma manifestação na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa, no Centro de Florianópolis.

A coordenadora estadual do Sinte, Alveté Bedin, disse ter estranhado o fato de o governador não ter recebido o pedido de audiência, protocolado e encaminhando ao governo e à Secretaria de Educação na quinta-feira.

Amanhã, o comando de greve se reúne em Florianópolis e pretende ficar em frente ao Centro Administrativo até que o governador os receba.

– Nosso movimento ficou muito maior, porque o governo não quis negociar e impôs uma proposta – disse.

O ato na praça teve a presença da professora Amanda Gurgel, 29 anos – conhecida no país pelo seu discurso sobre os problemas na educação, que foi postado no *Youtube* e virou hit na internet. Ela veio a convite do Sinte.

O evento foi feito em frente à Assembleia Legislativa como maneira de pressionar os deputados para que rejeitem a medida provisória apresentada pelo governo. Por volta das 17h, os professores saíram da praça e fizeram uma passeata até o Terminal de Integração do Centro (Ticen).

### Docentes vão protestar em frente à secretaria

A professora Izabela Causseau chegou logo cedo ao evento. Docente há 17 anos, esta é a primeira vez em que ela adere a greve. Izabela aproveitou o dia para vender os artesanatos que faz para complementar a renda.

Hoje, haverá mais atos pelo Estado. Em Florianópolis, os docentes irão protestar em frente à Secretaria de Estado da Educação, a partir das 14h.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia

Editorial: Cidade

Data: 31/05/11

Assunto: Colombo pede volta às aulas

Página: 05

# Colombo pede volta às aulas

## Greve do Magistério. Governador viaja amanhã a Brasília para negociar com o ministro da Educação

**FLORIANÓPOLIS** — O governador Raimundo Colombo (ex-DEM) reafirmou ontem, em coletiva, que não tem condições financeiras de pagar o piso integral sobre a carreira dos professores e alertou que só volta a negociar após o retorno das aulas. Mostrou-se aberto ao diálogo e ressaltou que o governo continua fazendo simulações para tentar melhorar a nova tabela, que achatou os vencimentos. Ao saber da posição, o Sinte (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) já informou que permanece de greve.

Durante a entrevista, Colombo destacou que o governo cumpriu a lei ao pagar o piso nacional, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal), e que há outros compromissos com obras, investimentos e salários de outras categorias. “É impossível atender a tabela da categoria. Isso geraria um rombo de R\$ 108 milhões ao mês. A dificuldade em pagar o piso também é de outros Estados”, frisou o governador, que confirmou a audiência amanhã com o ministro da Educação, Fernando Haddad. Vai cobrar do governo federal um suporte financeiro para o pagamento do piso nacional.

Colombo lembrou que o advogado-geral da União proclamou, em sessão do STF (Supremo Tribunal Federal), que determinou o pagamento do piso, que não faltariam recursos federais aos Estados e municípios no cumprimento da lei. Assim, ele quer saber quando este dinheiro estará disponível e quais os procedimentos. “Quero saber como os outros Estados estão fazendo”.

O governador Raimundo Colombo e o vice Eduardo Pinho Moreira aproveitaram para anunciar outro compromisso salarial com os professores. Revelaram que a decisão do Supremo prevê um reajuste no piso nacional de salários de 22%, a partir de janeiro de 2012. Incidente, claro, sobre os atuais R\$ 1.187,00.

**Reajustes do governo.**  
Governador Raimundo Colombo lembrou que em 2010 foi concedido R\$ 900 milhões em aumento para o funcionalismo público. Neste ano já foram R\$ 1,2 bilhão



## Sinte quer audiência para negociar piso

A greve da educação, que entrou no 14º dia, deve continuar. Segundo Alvetê Bedin, coordenadora estadual do Sinte-SC, a categoria esperava uma resposta do governador. "Não conseguimos avançar e não vamos voltar para as escolas. Nossa meta agora é conseguir uma audiência com ele. Encaminhamos ofício na quinta-feira passada com o pedido", diz. O governador informou que não recebeu, até agora, qualquer solicitação de audiência.

A Medida Provisória, que tramita na Assembleia Legislativa e fixou o piso, deve ser aprovada no prazo de 60 dias, garantiu o governador, embora a categoria tenha pedido sua retirada. O governador diz que será mobilizada a bancada governista. A tabela do governo começa com R\$ 1.187,00 e finaliza com R\$ 1.755,64. E a tabela do Ministério da Educação, começa com R\$ 1.187,97 e vai até R\$ 3.422,50.

## Delegados ameaçam paralisar os serviços

Depois da greve dos professores, agora são os delegados que ameaça cruzar os braços se não houver aumento de salário. O vencimento da base está em R\$ 4.442,00, segundo o presidente da Associação dos Delegados de Santa Catarina, Renato Hendges. O salário básico está em

vigor desde 1999. O governador Raimundo Colombo alegou que o Estado já está no limite financeiro e que precisa investir em obras e programas. "O movimento é justo, mas nós não temos apenas salário pra resolver. Temos uma série de problemas", argumentou.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 31/05/11
Assunto: Diretores vão omitir as faltas		Página: 04

# Diretores vão omitir as faltas

**Magistério. Greve em SC recebe a visita de professora que virou celebridade**

**EMANUELLE GOMES**  
[emanuelle@noticiasdodia.com.br](mailto:emanuelle@noticiasdodia.com.br)  
@emanuelle\_ND

**FLORIANÓPOLIS** — Na assembleia dos professores, ontem, no Centro da Capital, foi anunciado que os diretores de escolas de Florianópolis, São José, Palhoça e Criciúma não encaminharão ao governo as faltas dos professores que aderiram à greve. Apesar da notícia, o que marcou o evento foi a presença da professora Amanda Gurgel, que virou ícone nacional do movimento depois de ter vídeo divulgado na internet, em que discursa na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte (RN) sobre os problemas do magistério em todo o país.

Professores do interior viajaram para receber Amanda, que autografou camisetas e discursou. No RN, os docentes estão há um mês em greve. “Percebo que o movimento ganha corpo no país e não só pelo piso, mas tam-

bém pelo investimento de 10% do PIB (Produto Interno Bruto) na educação”, comenta.

Amanda diz que ficou impressionada com a situação dos professores catarinenses. “O custo de vida aqui é muito alto e eu nunca imaginaria que muitos deles ganham ainda menos do que ganhamos no RN”, afirma.

A professora de 29 anos trabalha desde 2005 na rede pública. Leciona língua portuguesa e ressalta que, mesmo com as dificuldades, continua na profissão, porque gosta do que faz. “É uma questão de identidade, aptidão. Criamos uma relação com os alunos e acredito que ainda é possível chegar a resultados positivos”, complementa.

O vídeo alcançou mais de um milhão de visualizações em duas semanas. Porém, a professora não fazia ideia de que o discurso pudesse ter tanta repercussão. “É uma fala tão óbvia que não achei que teria esse impacto”.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> AN. Estado	<b>Data:</b> 31/05/11
<b>Assunto:</b> Governador pede retorno das aulas		<b>Página:</b> 14

### Greve no ensino Governador pede retorno das aulas

De volta ao Estado ontem, o governador Raimundo Colombo (DEM) pediu aos professores da rede estadual, em greve há 14 dias, que voltem às aulas para que haja novas negociações. Ele afirmou ser impossível atender à reivindicação de pagamento do piso seguindo a progressão na carreira.

Colombo disse que estudos continuam sendo feitos na tentativa de melhorar a proposta apresentada numa medida provisória, na semana passada. A decisão garante o pagamento do piso nacional de R\$ 1.187 para 35 mil professores (53%) da rede que ainda não recebiam isso no salário-base. O governador descartou retirar a medida, em tramitação na Assembleia Legislativa. “Ela será votada no prazo de 60 dias”.

Amanhã, o comando de greve do Sindicato dos Trabalhadores em Educação estará em frente ao Centro Administrativo, na Capital, à espera de que Colombo os receba. No dia, o governador deve estar em Brasília para reunião no Ministério da Educação. Segundo o sindicato, uma audiência foi solicitada na quinta-feira. Colombo nega ter recebido pedido.



#### ATE AUDIENCIA E SEM CONSENSO

Sindicato quer reunião amanhã. Colombo deve estar em Brasília.



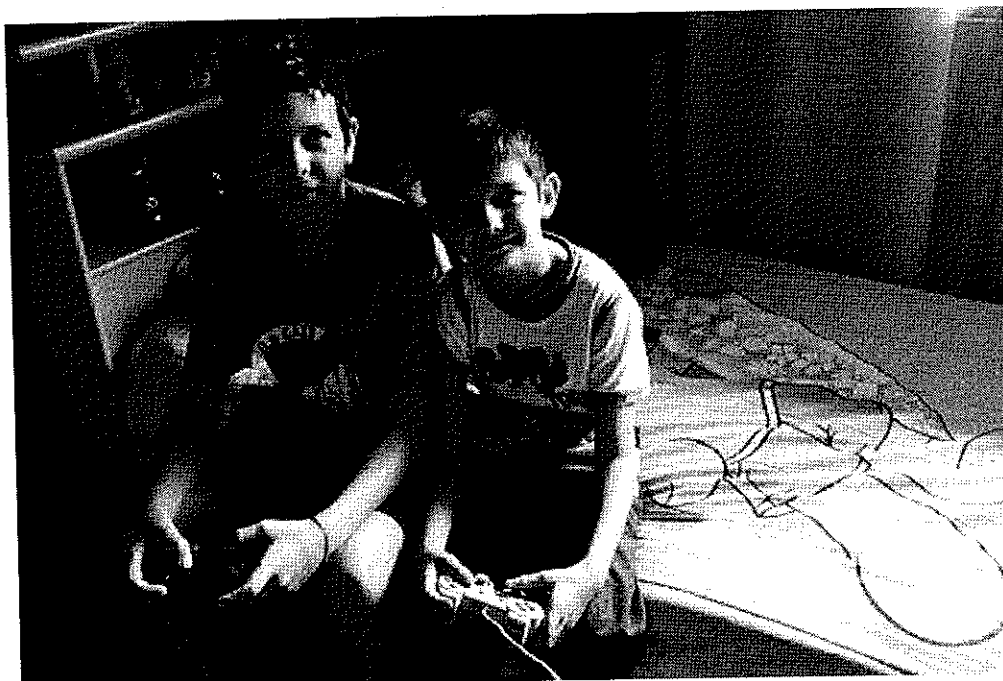


### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia de Tijucas	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 31/05/11
<b>Assunto:</b> Treze mil alunos sem aulas no Vale do Rio Tijucas e Costa Esmeralda		<b>Página:</b> Online

#### Treze mil alunos sem aulas no Vale do Rio Tijucas e Costa Esmeralda

Sinte afirma que todas as escolas da região estão parada. Alexandre Ternes Filho, única que não tinha aderido à greve, entrou na manifestação.



Os irmãos Luiz Fernando e Mikael jogam video-game ao invés de ir para escola

Enquanto Governo do Estado e professores não entram em acordo, os alunos assistem, de casa, a greve da categoria chegar ao oitavo dia. O Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Santa Catarina) garante que todas as 32 escolas da regional de Brusque estão paralisadas, num total de 91% dos profissionais de braços cruzados. Os cinco colégios estaduais da Costa Esmeralda também estão fechados. Os quase 28 mil estudantes parados não sabem quando voltam para as salas de aula.

O presidente do Sinte-SC, da regional de Brusque, Agenor Leal, garante que enquanto o Governo do Estado não pagar o piso nacional a todos os professores, a greve não encerra. Segundo ele, o número de manifestantes está aumentando. A Escola Alexandre Ternes Filho, na Joáia, uma das únicas do Vale do Rio Tijucas a não integrar ao protesto, se rendeu a greve. Na tarde de hoje, os professores da unidade já participam da manifestação em frente à escola. Os 318 alunos do educandário se juntam aos outros nove mil do Vale que estão sem aulas.

Agende de saúde, Raquel Maria de Lima, 32 anos, tem que se virar enquanto o filho fica sem aula. “To trabalhando preocupada. Se ele está na escola, sei que ele está bem”, desabafa. Fora da escola, Luiz Fernando de Lima, 13 anos, usa o tempo que deveria estudar para jogar vídeo-game. “Nos primeiros dias até gostei



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: [imprensa@sed.sc.gov.br](mailto:imprensa@sed.sc.gov.br); Contato:32216161

de ficar em casa. Agora já estou cansando”, confessa. Luiz Fernando e outros colegas da Escola Olívia Bastos, em Nova Descoberta, também brincam pelo bairro no tempo vago. “Temos que aproveitar agora, já que devemos ter aulas nas férias”, conta.

Raquel afirma que vai esperar mais uma semana. Caso as aulas não recomecem, ela vai procurar outras mães para também protestarem. “Ter aulas é um direito de nossos filhos”, reclama.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 31/5/11
Assunto: Moção de apoio à greve dos professores de Santa Catarina – Intersindical do Eletricitários de SC		Página: 10



A PEDIDO

**MOÇÃO DE APOIO À GREVE  
DOS PROFESSORES DE SANTA CATARINA**

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ENERGIA ELÉTRICA DE LAGES - STIEEL, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE FLORIANÓPOLIS – SINERGIA, SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINTRESC, SINDICATO DOS TRABALHADORES ELETRICITÁRIOS DO VALE DO ITAJAI – SINTEVI, SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DO NORTE DE SANTA CATARINA – SINDINORTE/SC, SINDICATO DOS ADMINISTRADORES DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SAESC E SINDICATO DE CONCÓRDIA, denominados INTERCEL:

Manifesta o apoio à luta dos Professores que em greve reivindicam do Governador do Estado de Santa Catarina Sr. João Raimundo Colombo o cumprimento do Piso Salarial Nacional da categoria, sem a incorporação dos benefícios e a manutenção do plano de carreira profissional da categoria. A Intercel entende que são legítimas as reivindicações de melhores condições de trabalho, da dignidade dos professores e do reconhecimento profissional desta tão importante categoria que contribuem para o futuro da sociedade.

Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina Intercel.



## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Diário do Leitor</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: Exemplos</b>		<b>Página: 40</b>

### Exemplos

Parabéns aos professores da rede estadual de ensino catarinense, que de forma apolítica e numa bela demonstração de luta, união e determinação, batalham de forma incansável por uma maior valorização e reconhecimento da classe. “A vitória pertence aos mais perseverantes” (Napoleão Bonaparte).



*Eduardo Tagliapietra*  
Por e-mail

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Cacau Menezes</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: As promessas</b>		<b>Página: 43</b>

### As promessas

O Estado, excluindo-se algumas categorias visivelmente privilegiadas, paga péssimos salários aos seus servidores, e isto é indiscutível, como também é indiscutível que promessa de melhoria não serve de nutriente para reforço do saldo bancário. Professores, policiais e servidores da área da saúde são sempre desprezados quando o assunto relacionado com a correção do salário vem à tona. E são exatamente nesses três segmentos – educação, segurança pública e saúde – que a população mais se socorre, depositando sua confiança para enfrentar os problemas que rondam os setores. Promessas são feitas aos montes, mas até a efetivação de uma solução existe uma barreira aparentemente intransponível: vontade política de solucionar. O assunto é sério. Sério, não. Seriíssimo!



### CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Informe Político Roberto Azevedo	Data:31/5/11
Assunto: O mais rápido possível		Página: 8

## O mais rápido possível

**A** cada dia que passa ganha mais em importância o encontro de amanhã entre o governador Raimundo Colombo e o ministro Fernando Haddad, da Educação, em Brasília. Melhor ainda se a conversa discorrer sobre questões práticas, a liberação de recursos federais, por exemplo, que ajude a concretizar uma solução para a greve dos professores estaduais. Algo pouco provável nas atuais circunstâncias.

Instalado na trincheira da legalidade, o movimento dos professores não logrará êxito se a pauta fugir do piso salarial nacional

da categoria. Ou seja, a discussão do plano de cargos e salários é, no momento, um entrave no processo de negociação. O governador pediu, ontem, que os integrantes do magistério estadual retornem ao trabalho para debater as demais cláusulas. O que se pode questionar é até onde as duas partes envolvidas no problema ora instalado estão dispostas a flexibilizar.

O que ambos devem considerar é o prejuízo que outros importantes personagens do conflito enfrentam com a falta de retomada de um diálogo promissor. Falamos de alunos

e seus pais, que, na sua imensa maioria, apoiam as reivindicações dos professores, e, de maneira clara, temem também as consequências de uma greve esticada.

A atividade do magistério é, sem dúvidas, uma das mais importantes na estrutura do Estado. Do jeito que foi tratada, durante sucessivas administrações, parece de que nada importa a dimensão de representar o maior contingente do funcionalismo público estadual. Necessário se faz que todos estes fatores estejam na perspectiva de uma solução imediata, o restante é discurso ou panfleto.

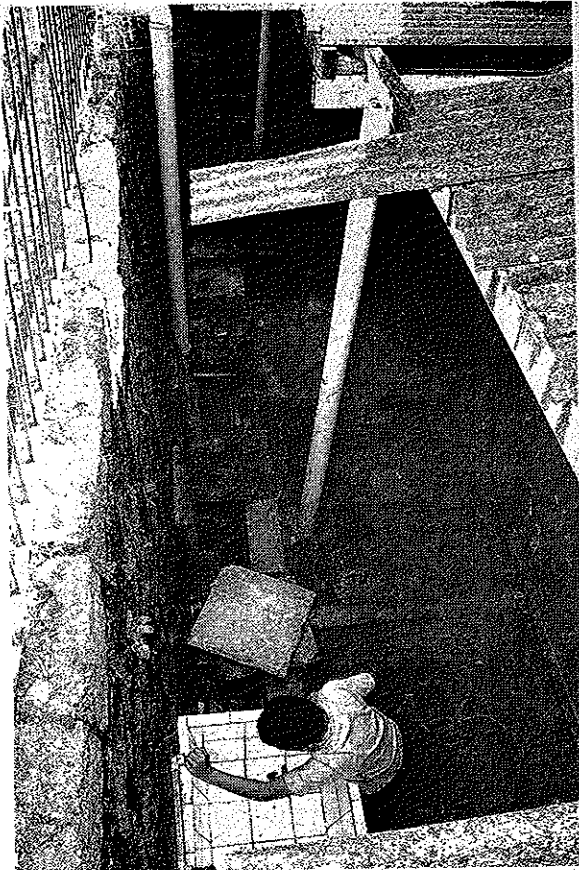


CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Região	Data: 31/05/11
Assunto: Triste retrato da educação		Página: 11

# Triste retrato da educação

**Abandono. 37% das escolas precisa de reforma geral e a EB Cel Antônio Lehmkuhl é uma delas**



Perigo. Telhado quebrado ameaça integridade de alunos

ALESSANDRA OLIVEIRA  
[alessandraol@noticiasdodia.com.br](mailto:alessandraol@noticiasdodia.com.br)  
@alessandra\_ND

**ÁGUAS MORNAS** — O estado de abandono da Escola Básica Coronel Antônio Lehmkuhl, no centro de Águas Mornas, preocupa cada vez mais professores, pais e alunos. Fiação exposta, telhado quebrado e vazamento de esgoto são algumas das razões da constante aflição de quem frequenta o local. A escola integra a lista de 37% das instituições da região da SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional) da Grande Florianópolis que precisam de reforma geral, segundo relatório da própria SDR.

Sem as mínimas condições de segurança a escola estadual, com mais de 48 anos, está em ruínas. Providências foram solicitadas diversas vezes à Secretaria de Educação, mas a resposta lenta gera insatisfação e preocupação entre os educadores que atuam no estabelecimento de ensino.

Goteira, mofo, vazamentos, alagamentos. O espaço onde os estudantes ficam na hora do recreio possui tantas goteiras que nos dias de chuva as crianças usam guarda-chuva para se proteger. É em meio a essas adversidades que 38 professores e mais de 400 alunos convivem na maior escola de Águas Mornas. Para resolver a situação do esgoto, que escorria pelo chão do refeitório, um reparo foi realizado pela SDR, em novembro de 2010.



## Um pouco de esperança

A diretora Cláudia Jochen de Moraes recebeu boas notícias em reunião com o secretário de Desenvolvimento Regional, Renato Hinnig, na manhã desta segunda-feira. "Propomos a construção de um espaço em material pré-moldado, em um terreno cedido pela prefeitura", diz. O local seria utilizado para abrigar os alunos e professores enquanto um novo prédio estivesse em construção.

De acordo com o chefe de gabinete da SDR, Luís Antônio Grocoski, a escola é a prioridade número um no plano de ação. "Vamos estudar as alternativas apontadas pela comunidade escolar e lideranças municipais", garante. Grocoski lembra que em uma reunião realizada no dia 19 de abril foi decidido que o espaço precisa ser desocupado, reconhecendo que não há mais como manter de pé a escola atual.

Saiu no **ND**



Em fevereiro, o *Notícias do Dia* mostrou a realidade da escola de Águas Mornas e as reclamações da comunidade escolar



Descrença.  
Professora  
Selmira Walker  
afirma que  
educação está  
abandonada

## Estresse afeta professores

O descaso afeta ainda mais a saúde da professora Selmira Walker, 53. Responsável por duas turmas do terceiro ano do Ensino Fundamental, a educadora lamenta o estado a Educação chegou. "Sou a única em sala de aula", afirma sobre a greve dos demais companheiros de profissão. "Estou tratando um câncer e não quero mais me estressar. Aprovo a paralisação, só não tenho saúde para acompanhar", lamenta.

Selmira lembra que os estudantes nem fazem questão de ver o fim da greve, dadas as condições do prédio para onde terão de voltar após o reinício das aulas. "Abandonaram a Educação. Como querem que esse País cresça?", indaga a docente visivelmente melancólica.



### CLIPPING

<b>Veiculo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Paulo Alceu	<b>Data:</b> 31/05/11
<b>Assunto:</b> Piso x Ajuda		<b>Página:</b> 02



#### **PISO X AJUDA**

O Ministério da Educação está ajudando 11 estados no pagamento do piso do magistério. Por que não repassar mais recursos para Santa Catarina? É isso que o governador Raimundo Colombo vai tentar na sua viagem de amanhã à Brasília. Mas tem um detalhe: o Ministério está colaborando com quem não tem dinheiro disponível e, segundo o mesmo Ministério, Santa Catarina tem condições de honrar o piso utilizando o Fundeb. Ocorre que o Fundeb caiu no caixa único e é utilizado nos repasses para a Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa... Ou seja, o dinheiro dos professores ajuda a pagar indiretamente o salário de deputados, juizes, promotores, conselheiros...

### CLIPPING

<b>Veiculo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Ponto Final	<b>Data:</b> 31/05/11
<b>Assunto:</b> Pressão		<b>Página:</b> 23

#### *Pressão*

A difícil situação do magistério não é exclusividade de Santa Catarina. A partir de hoje começa uma mobilização nacional, intitulada "Justiça com o professor", cujo objetivo é garantir mais atenção, por parte do Estado, para a educação. Estão programados atos nas câmaras municipais e assembleias legislativas. O mote principal é o cumprimento da Lei do Piso.





## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Moacir Pereira</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: Diversos</b>		<b>Página: 3</b>

# Falta estratégia

O governo Raimundo Colombo está fazendo uma avaliação equivocada da greve dos professores estaduais. Erros que agora se refletem na ausência de uma estratégia de ação política e têm colocado o governo a reboque dos acontecimentos. Esta paralisação já abriu um terreno fértil para proveitoso debate sobre os recursos para a educação. Até o governador concorda que a dotação do Fundeb não pode ser contabilizada como receita global para efeito de repartição do bolo da arrecadação. Mas não disse qual estratégia vai adotar para corrigir esta impropriedade histórica. Correção indispensável até para o planejamento da educação. Tem o desvio dos recursos aplicados nos inativos, já condenado pelo Tribunal de Contas em julgamentos anteriores e reiterado este ano. Tem a caixa preta de toda a educação. No caso, falta de transparência. Que vem de longe. Não só os professores têm o direito de saber como o orçamento é aplicado. O governo tem o dever de informar tudo aos contribuintes. Quem acessar o blog [www.diario.com.br/moacir](http://www.diario.com.br/moacir) vai ficar espantado com a falta de condições materiais, pedagógicas e didáticas de muitas escolas de Santa Catarina, relatadas pelos internautas. E surpreendido com as chamadas "prioridades falsas", expressão usada por Colombo que o magistério identificou em compras estranhas e discutíveis feitas por gestões anteriores. A entrevista concedida pelo governador revelou outras fragilidades. Uma delas foi a resposta evasiva sobre a economia nos primeiros quatro meses. Colombo pretendia poupar R\$ 1 bilhão. Indagado, não citou cifras. A sociedade tem o direito de receber esta informação, até para justificar o freio brusco na administração estadual, causa de debilidades em muitos serviços públicos que acabaram prejudicando a própria população.

Sobre como resolver o impasse da greve, o governador também não deu resposta. Quer que os professores "voltem às aulas". Pode ser a arma secreta do governo para acabar com o movimento ou outro capítulo na ausência de planejamento e articulação.

## A SAÍDA

Colombo voltou a enfatizar que não tem como pagar o piso de forma plena sobre toda a carreira. Elevaria as despesas em R\$ 109 milhões mensais. Queixou-se, com razão, da herança de R\$ 900 milhões de acréscimo na folha deixada pelos antecessores. Foi surpreendido ou também aí faltou planejamento num governo de continuidade? Os professores estão determinados a lutar contra a compressão da tabela, que liquida a carreira, uma conquista histórica da categoria. "A virtude está no meio", ensinava o sábio Platão já na antiga Grécia. Quer dizer: com um mínimo de boa vontade dos confrontantes pode-se ao menos iniciar uma negociação, atitude que o governo não teve até agora. Recebeu os professores, mas para tratar de perfumaria, impondo uma medida provisória, rejeitada liminarmente e que acabou fortalecendo a greve.

Raimundo Colombo oferece hoje um café da manhã aos líderes da base governista na Assembléia. Se deste encontro não sair uma luz, a crise tende a se agravar. É visível a determinação dos professores de continuar a greve se não houver descompressão da tabela salarial. Os deputados e o governo tanto podem escolher o final feliz como apostar outra vez no esvaziamento da greve, o que até agora não aconteceu. Ou, ainda, esperar os recursos do MEC que também já deveriam ter sido solicitados há mais tempo.

O que ninguém entende é esta falta de planejamento. A lei do piso é de 2008. Era compromisso. Não se preveniu como fazem as empresas. Barrigou com a Adin. Não pediu reforço ao MEC com planilhas, como prevê a lei federal. Derrotado no Supremo, permaneceu omissivo e só reagiu quando greve foi decretada. Com tanta improvisação, fica difícil governar.

**diario.com.br**

Quer mais informações?  
Acesse o blog do Moacir  
Pereira em [www.diario.com.br/moacir](http://www.diario.com.br/moacir)



## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Blog do Moacir Pereira</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: Diversos</b>		<b>Página: 3</b>

### É muita improvisação

31 de maio de 2011

O governador Raimundo Colombo voltou a enfatizar que não tem como pagar o piso de forma plena para incidir sobre toda a carreira. Elevaria as despesas em 109 milhões de reais mensais. Queixou-se, com razão, da herança de 900 milhões de reais de acréscimo na folha deixada pelos antecessores. Foi surpreendido ou também aí faltou planejamento num governo dito de continuidade? Os professores estão determinados a lutar contra a compressão da tabela salarial que liquida a carreira do magistério, uma conquista histórica de toda a categoria. “A virtude está no meio”, ensinava o sábio Platão já na antiga Grécia. Quer dizer: com um mínimo de boa vontade dos confrontantes pode-se ao menos iniciar uma negociação, atitude que o governo não teve até agora. Recebeu os professores, é verdade, mas para tratar de perfumaria, impondo uma medida provisória, rejeitada liminarmente e que acabou fortalecendo a greve.

Raimundo Colombo oferece hoje um café da manhã aos líderes da base governista na Assembléia. Se deste encontro não sair uma luz, a crise tende a se agravar. É visível a determinação dos professores de continuar a greve se não houver descompressão da tabela salarial. Os deputados e o governo tanto podem escolher o final feliz como apostar outra vez no esvaziamento da greve que até agora não aconteceu. Ou esperar os recursos do MEC que também já deveriam ter sido solicitados há mais tempo.

O que ninguém entende é esta falta de planejamento. Colombo aprovou o piso quando era senador. A lei do piso é de 2008. Era compromisso. O governo estadual não se preveniu como fazem as empresas. Barrigou com a Adin. Não pediu reforço ao MEC com planilhas, como prevê a lei federal. Derrotado no Supremo, permaneceu omissos e só reagiu quando greve foi decretada.

Com tanta improvisação fica difícil governar.

### Sem planejamento e sem estratégia

31 de maio de 2011

O governo Raimundo Colombo está fazendo uma avaliação equivocada da greve dos professores da rede estadual de ensino. Erros que agora se refletem na ausência de uma estratégia de ação política e tem colocado o governo fique a reboque dos acontecimentos. Esta paralisação já abriu um



terreno fértil para proveitoso debate sobre os recursos para a educação. Até o governador concorda que a dotação do Fundeb não pode ser contabilizada como receita global para efeito de repartição do bolo da arrecadação. Mas não disse qual a estratégia que vai adotar para corrigir esta impropriedade histórica. Correção indispensável até para o planejamento da educação. Tem o desvio dos recursos aplicados nos inativos, já condenado pelo Tribunal de Contas em julgamentos anteriores e reiterado este ano. Tem a caixa preta de toda a educação. No caso, falta de transparência. Que vem de longe. Não só os professores tem o direito de saber como o orçamento é aplicado. O governo tem o dever de informar tudo aos contribuintes. Quem acessar o blog do clicrbs vai ficar espantado com a falta de condições materiais, pedagógicas e didáticas de muitas escolas de Santa Catarina. E surpreendido com as chamadas “prioridades falsas”, expressão usada por Colombo que o magistério identificou em compras estranhas e discutíveis feitas por gestões anteriores. A entrevista concedida pelo governador revelou outras fragilidades. Uma delas foi a resposta evasiva sobre a economia nos primeiros quatro meses. Colombo pretendia poupar 1 bilhão de reais. Indagado, não citou cifras. A sociedade tem o direito de receber esta informação, até para justificar o freio brusco na administração estadual, causa de debilidades em muitos serviços públicos que acabaram prejudicando a própria população. Questionado como iria resolver o impasse da greve, o governador também não deu resposta. Quer que os professores “voltem às aulas”. Pode ser a arma secreta na estratégia do governo para acabar com o movimento ou outro capítulo na ausência de planejamento e articulação.

### Michalski: “Piso não foi pago”

31 de maio de 2011

“Senhor Moacir.

Talvez minha “pequena constatação” seja maior do que eu imagine. Verifiquei durante esses últimos dias ou semanas que na mídia (vi e/ou li inúmeras vezes) era citado que o piso de R\$ 1.187,00 seria pago já em maio deste ano para um bom percentual dos professores.

Pois hoje fui ver meu contracheque, sou professor efetivo, e posso afirmar que não foi pago. Liguei para a S.E.D. agora as 13h20min e lá no setor de folha de pagamento não há nenhuma informação ou autorização nesse sentido. Ou seja, não foi pago nada e ninguém sabe quando será. O senhor pode fazer um teste ligando para 3221.6000 pedindo para falar com a Folha de Pagamento e questionar como se fosse um professor. Como eu fiz, se lhe convier.

Então tanto o governo como vocês do meio jornalístico estão faltando com a verdade quando veiculam as informações que lhe são passadas.

Alguma coisa está errada.

Peço desculpas por algum mal entendido que essa minha mensagem possa ter ocasionado, mas não é nem foi essa a minha intenção.

Obrigado pela gentileza de me ler e pela atenção.

Meu abraço, Raul Michalkski, de Florianópolis.”



## Analistas: outro desabafo

31 de maio de 2011

“Somos Analistas em Gestão Educacional do CEDUP de Criciúma. Gostaríamos de aproveitar este momento de reivindicações e luta dos professores da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, para registrar nossa indignação com relação ao descaso do Governo com os trabalhadores em educação.

A proposta de pagamento do piso, divulgada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, evidencia a desvalorização da educação e falta de comprometimento com a qualidade da mesma.

Sabemos que a melhoria salarial e a valorização do profissional da educação é fator indispensável para a qualidade do ensino. É sobre a melhoria e valorização do profissional da educação (que não são somente professores) é que queremos falar.

Respeitamos, e muito mais, admiramos o trabalho do professor, mas ele não é o único trabalhador em educação na escola. Na rede pública estadual, por exemplo, existem os Analistas Técnicos em Gestão Educacional. Cargo de Provimento Efetivo do Quadro Civil. É o pessoal que trabalha na limpeza e manutenção da escola, nos setores como Secretaria, Biblioteca, Central de Cópias, enfim, todo o pessoal que realiza e/ou auxilia o trabalho administrativo da escola, dando suporte aos professores e equipe pedagógica.

No dia 29 de Março de 2011 encaminhamos um ofício com algumas reivindicações do grupo de Analistas Técnicos em Gestão Educacional do CEDUP Abílio Paulo de Criciúma ao Senhor Gerente de Educação da 21ª GERED, Luiz Rodolfo Michels. No dia 31 de março, o mesmo ofício foi encaminhado ao Senhor Secretário da Educação Marco Tebaldi e ao Senhor Sérgio Augusto Torres, na época Gerente de Educação profissional. No entanto, até a presente data, não obtivemos nenhuma resposta referente ao ofício encaminhado.

Os benefícios obtidos pelos servidores da educação, como prêmio educar, prêmio assiduidade e outros, não são estendidos aos Analistas. O plano de Carreira do Cargo também é desrespeitado, uma vez que a Secretaria da Educação não nos permite o progresso funcional. Não bastasse sermos excluídos dos benefícios recebidos pelo quadro do Magistério, também somos privados dos benefícios dos servidores do Quadro Civil, quando o Governo institui uma Gratificação de Produtividade exclusivamente para os Servidores do Quadro Único de Pessoal Civil lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Educação (SED).

Vai além... O problema da Educação Brasileira vai muito além do que se pode imaginar. É mais fácil enganar, persuadir e manipular pessoas ignorantes, então porque e para que investir em Educação?

Não queremos favor ou migalhas, queremos ser tratados como o que realmente somos: **PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**. Nós fazemos parte da escola e sabemos disso. Mas a Secretaria de Estado da Educação sabe que os Analistas em Gestão Educacional existem?



apoiam, não façam uma leitura equivocada do poder da união dos educadores. Não vamos voltar para a sala de aula sem condições salariais dignas.

Esta greve é fruto do descontentamento produzido pelo modelo de gestão educacional implantado frente à SED nos últimos governos. O piso, além de ser uma reivindicação pobre, é apenas um dos itens que a escola pública precisa conquistar.

É desejo de toda sociedade ter escolas públicas melhores, não só dos professores(as).

Senhores e Senhoras, representantes da sociedade..... quais desejos irão atender?"

### Educação: risco de colapso?

30 de maio de 2011

Professor Edegar Carlos Junges envia e-mail a este blog alertando os reitores das Universidades e os profissionais da educação para o quadro grave que se cria em Santa Catarina, a partir do achatamento dos salários na carreira do magistério. Prenuncia até “colapso da educação”. Leia: “Prezado Moacir: Agradeço imensamente sua sinceridade quanto a situação do Magistério Catarinense. Sou Professor a 25 anos no estado (10G) , portanto em função da idade e pelas regras atuais, faltam 11 anos de serviço para aposentar-me; Acontece que já fazem 5 anos que alcancei a letra “G” – última letra para quem tem especialização – no plano de carreira que tínhamos – que era uma vergonha – e que agora não sei como vai ficar. Minha constatação é a seguinte: vou trabalhar mais 11 anos, perfazendo 16 anos no total, nesta mesma “letra”, sem poder avançar, progredir e agora com essa proposta ao magistério sem aumento nenhum , porque possuo “especialização”. Agora vejamos, se porventura eu fizesse um Mestrado , passaria a ter um vencimento de R\$: 1.375, 41, com a NOVA PROPOSTA DO GOVERNO ESTADUAL.

Esta é a forma que o Governo achou para premiar aqueles que buscaram o aperfeiçoamento; Peço ao Sr. Governador, o Sr. Secretário da Educação, bem como a todos os Deputados se conseguiriam trabalhar em um ambiente que “premia” desta forma os funcionários; Estamos a muitos anos sendo penalizados de todas as formas e está escancarado a toda a sociedade Catarinense que a Educação nunca foi prioridade. Externo esta declaração a todos Reitores das faculdades e universidades que se mobilizem junto com a categoria do magistério, pois sem uma valorização justa e determinada por lei, não haverá mais pessoas interessadas em buscar uma faculdade voltada ao Magistério, o que levará a Educação ao Colapso total, em um curtíssimo espaço de tempo. Peço somente sensibilidade e honestidade , para que o lema do nosso Governador “As pessoas em 1º lugar”, realmente seja colocado em prática, ou os Professores não se inserem nestas pessoas?  
Atenciosamente, Edegar Carlos Junges.”



Fez outra declaração surpreendente: “Não recebi nenhum pedido de audiência do Sinte.” Como o ofício do Sinte foi entregue sexta-feira: ou a Casa Militar não falou com o governador ou o Correio do Centro Administrativo está em greve.

O secretário da Comunicação, Derly Anunciação, fez várias intervenções para socorrer os argumentos de Colombo. O principal: não há como pagar integralmente o piso para toda a carreira do magistério.

– Estou fazendo todos os estudos. Já fizemos 50 simulações – afirmou Colombo.

– E a incorporação do Prêmio Educar? – perguntei.

– Elevaria demais a folha e embutiria os penduricalhos – explicou o governador. O secretário Derly revelou depois que a incorporação do Prêmio Educar, de R\$ 200,00 representaria aumento na folha de 32 milhões de reais por mês.

O governador ficou exaltado quando questionado novamente sobre a abertura de negociações e o não cumprimento integral da lei do piso, que prevê em todas as faixas da carreira. Queixou-se de outra herança pesada, ao enfatizar que já terá de pagar 900 milhões de reais de aumento na folha por conta de aumentos dados no governo Pavan.

E voltou a insistir que todo esforço do governo é para economizar na atividade meio para investir mais em setores prioritários e de maior interesse da população.

Em outro desabafo, lamentou a crise e as pressões dos professores: “Mas são apenas quatro meses e meio de governo!”

### Professores: Carta aberta aos deputados

30 de maio de 2011

Líderes dos partidos da base aliada na Assembléia tomam o café da manhã nesta terça-feira com o governador Raimundo Colombo na Casa da Agrônômica. Uma carta aberta a todos os deputados foi distribuída hoje. Veja o conteúdo:

“Carta aberta aos Senhores(as) Deputados(as) Estaduais(as),  
Sabemos pelos meios de comunicação que alguns dos Senhores e Senhoras já demonstraram apoio aos professores(as) e estão nesta luta pela valorização dos educadores. Deixaram claro também, em seus discursos, que compreendem a importância dos mesmos para o crescimento da qualidade de vida e cultura deste Estado. Agradecemos por isso.  
Represento o Sindicato neste Município, posso afirmar aos Senhores e Senhoras: é muito desgastante e humilhante fazer greve, apesar de termos todo o apoio da sociedade. Sabemos que o governo aposta em nosso cansaço associado a nossa falta de recursos.

Não nos agrada a idéia de nossa escola estar fechada. PORÉM, NÃO TEMOS OUTRA SAÍDA. No momento é nossa única opção para a luta. Apesar do cansaço, apesar de estarmos sendo usados como peças de um jogo político, ainda assim resistiremos, mostraremos nossa força para o governo e para a sociedade, pois sabemos que unidos podemos muito.  
Senhores e Senhoras Deputados (as) deste estado, que ainda não nos



Edilaine Marques da Silva Tomazi, Analista Técnica em Gestão Educacional.”

## Colombo: a entrevista

30 de maio de 2011

A entrevista coletiva do governador Raimundo Colombo estava marcada para as 15 horas desta segunda-feira. Cheguei com antecedência de meia hora para sentir o clima e tentar alguma notícia exclusiva. Pessoal do gabinete atencioso, como sempre. Fiquei numa salinha, antes da ante-sala do gabinete do governador, onde dois colegas já aguardavam. Tudo no “ático” do Centro Administrativo.

Quando faltavam 15 minutos chegou a Diretora de Imprensa, jornalista Cláudia de Conto. Pediu os colegas para se reuniram na mesma sala e transmitiu a pauta: relato da viagem do governador à Europa. Depois, outros assuntos poderiam ser tratados.

Pouco depois das três da tarde, a porta se abriu. Raimundo Colombo, como sempre gentil e educado; Eduardo Moreira, idem; e o secretário Derly. O material de divulgação da viagem pronto. A assessoria distribuiu um documento com todo o relatório. Uma TV LCD iria mostrar algumas imagens. A meda de reuniões preparada.

Na cabeceira, Raimundo e Eduardo. Nas laterais, Derly e Paulinho Bornhausen, que acompanhou a comitiva em Barcelona.

A exposição sobre a viagem foi objetiva, relativamente curta. Os jornalistas ali estavam, na realidade, para saber de novidades sobre a greve dos professores. E foi justamente este tema que galvanizou todas as atenções.

O governador voltou a reiterar que o governo está pagando o piso como vencimento básico, embora sem aplicar a tabela salarial da carreira para todo o magistério. Representaria aumento da despesa em 109 milhões de reais por mês, sustentou.

Os repórteres enfatizaram que se não houvesse melhoria na descompressão da tabela a greve não acabaria. Vários colegas deixaram esta posição muito clara. O impasse está criado.

Depois de alguma insistência, Colombo admitiu claramente que o governo continua realizando estudos para tentar uma nova proposta, melhorando a tabela e evitando achatamento total da carreira.

Trouxe outras novidades. Disse que a decisão do Supremo prevê aumento de 22% em 2012 no valor do piso nacional de salários.

– E a solução, a saída? – indagaram os jornalistas outra vez.

– O governo está pagando o piso com a medida provisória. A greve foi precipitada. Os professores que voltem às aulas e continuaremos as negociações sobre melhoria da carreira.

Confirmou audiência com o ministro Fernando Haddad nesta quarta-feira.

Quer saber “quando o governo vai mandar dinheiro, quanto vai enviar e como está a situação nos demais estados”.

E declarou: “Não há nenhuma ilegalidade na medida provisória”, refutando a tese do Sinte e de vários deputados estaduais.



## CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 31/5/11
Assunto: A divisão do bolo – Poderes resistem em aceitar o corte de repasses		Página: 4 e 5

# A DIVISÃO DO BOLO Poderes resistem em aceitar corte de repasses

Ideia de revisão do cálculo para distribuição dos recursos não foi bem recebida pelos dirigentes das instituições do Estado

**NATÁLIA VIANA**

O governador Raimundo Colombo não terá uma missão fácil pela frente se quiser discutir com os outros poderes a redução de repasses de recursos. Ao DC, o governador manifestou a intenção de negociar com a Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público uma revisão do cálculo dos repasses para que o Executivo tenha mais verbas para investimento.

O entendimento do governo é que o cálculo dos repasses de recursos para os outros poderes é injusto, porque leva em consideração a receita líquida disponível, ou seja, tudo o que o Estado arrecada menos as verbas dos municípios (25%). Por isso, todo esforço que o governo faz para aumentar a arrecadação acaba não se refletindo diretamente em mais dinheiro para o Estado, já que aumentando a arrecadação, cresce, também, o repasse para os outros poderes.

Por isso, o total de recursos que o governo tem para investir em obras e ações é menor do que o valor que vai para os poderes. Somados os valores para Assembleia, TJSC, TCE e MP, são cerca de R\$ 1,8 bilhão. Contra R\$ 1,6 bilhão para investimento.

Para Colombo, como cerca de 20% dos recursos é compartilhado com os poderes e outros 15% vão

para o pagamento da dívida com a União, tirando os repasses obrigatórios para Saúde (12%) e Educação (25%) sobra pouco dinheiro em caixa para realizar obras e projetos.

Antes de embarcar para a Europa, o governador conversou informalmente com o presidente da Assembleia, Gelson Merisio, e com o presidente do TJSC, José Trindade dos Santos. A ideia do governador é tentar avançar nesta discussão tendo em vista o Orçamento para 2012, já que para este ano os percentuais foram definidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada em 2010 pelo Legislativo.

A LDO aprovada no ano passado já prevê uma revisão dos repasses, aumentando os percentuais para o TJ (de 7,7% para 7,85%), do TCE (de 1,4% para 1,45%) e para o MP (de 3,23% para 3,3%). Somente a Assembleia permaneceria com o mesmo índice (3,8%).

Inicialmente, tanto o Tribunal de Justiça e o Ministério Público já se manifestaram contrários à proposta de Colombo. Segundo o TJSC e o MPSC, todo o planejamento das instituições para os próximos anos foram feitos com base nos percentuais aprovados pela AL.

As duas instituições destacam que estão investindo em ampliação, no caso do tribunal com a criação de novas varas e, no caso do MPSC, com a criação de novas procuradorias e promotorias. O presidente da Assembleia, Gelson Merisio, afirma que está aberto ao diálogo, mas que precisa saber dos detalhes da pro-

posta e do impacto no orçamento.

Nos bastidores, a forma como Colombo divulgou o tema desagradou aos outros poderes. A principal leitura é a de que o Executivo quer jogar a opinião pública contra as instituições, apontando os outros poderes como culpados pelo fato do Estado não ter dinheiro para obras.

O entendimento é que os repasses são definidos pela Constituição, já que o Estado é integrado por três poderes e que o Executivo precisa dar conta de manter todas as estruturas. Consideram, ainda, que prestam serviços importantes para a sociedade, que precisa ser devidamente representada.

[natalia.viana@diario.com.br](mailto:natalia.viana@diario.com.br)  
Colaborou Mayara Rinaldi





CLIPPING

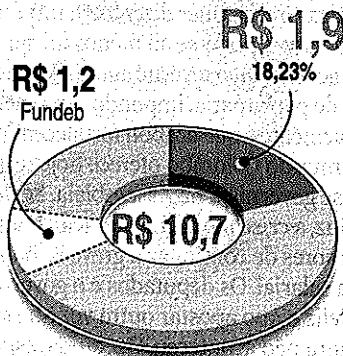
<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Reportagem Especial</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: A divisão do bolo – Poderes resistem em aceitar o corte de repasses</b>		<b>Página: 4 e 5</b>

**Confira como é a divisão dos recursos e a conta com e sem o Fundeb**

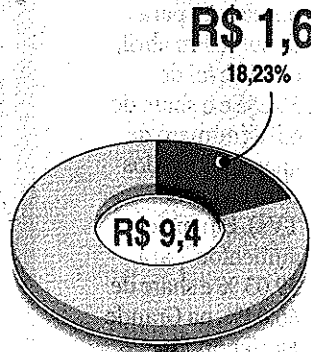
Os percentuais que são repassados aos poderes são definidos, a cada ano, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é elaborada pelo governo, precisa ser aprovada pela Assembleia, e serve de base para o Orçamento do ano seguinte.

A lei que estabelece os critérios para a elaboração da LDO (lei 10.191, de 1996) determina que os percentuais para os poderes são calculados a partir da Receita Líquida Disponível, que representa o orçamento total sem as verbas previstas para convênios e os valores que são repassados aos municípios.

**CÁLCULO COM FUNDEB**  
Em bilhões



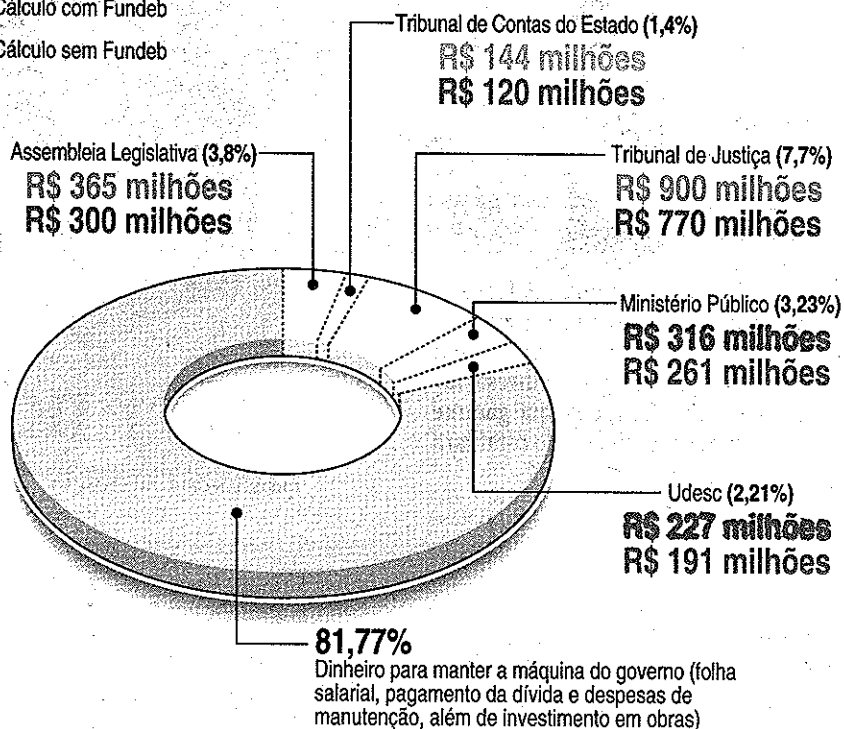
**CÁLCULO SEM FUNDEB**  
Em bilhões



Sem o Fundeb, **R\$ 310 milhões** sobriam no cofre do governo

**PERCENTUAIS REPASSADOS AOS PODERES ESTE ANO**

- Cálculo com Fundeb
- Cálculo sem Fundeb





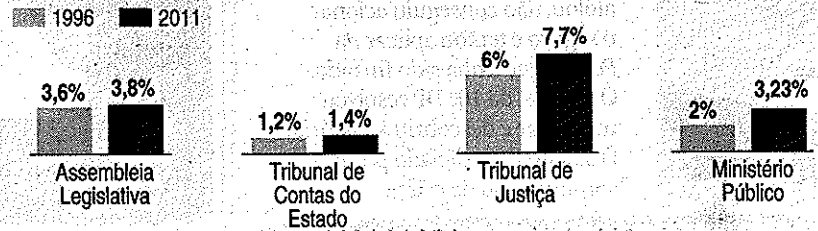
CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Reportagem Especial</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: A divisão do bolo – Poderes resistem em aceitar o corte de repasses</b>		<b>Página: 4 e 5</b>

**O QUE É O FUNDEB**

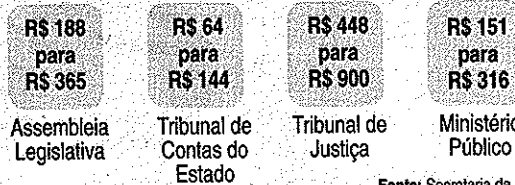
O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) é composto por recursos do governo federal destinados a educação básica (ensinos infantil, fundamental e médio). O cálculo do repasse de verbas da União para o governo e municípios é feito com base no número de alunos matriculados na rede pública.

Ao longo dos anos, o dinheiro repassado aos poderes cresceu, tanto percentualmente, como em valor



**REPASSE ANUAL NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS (em milhões)**

Nos últimos seis anos, com aumentos da arrecadação, os recursos repassados aos poderes praticamente dobraram:



Fonte: Secretaria da Fazenda

# Meta é tirar Fundeb do cálculo

Uma das propostas que o governo pretende levar aos poderes é rever a questão dos repasses tendo em vista, principalmente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Os recursos do Fundo, repassados pela União ao Estado, também entram na base de cálculo e, mesmo sendo canalizado integralmente à educação, acabam contribuindo para engordar a fatia transferida para as outras instituições.

– A questão do Fundeb precisa ser aprofundada, alguns estados não colocam o fundo no cálculo. Santa Catarina, historicamente, fez a outra opção (considerar o fundo no cálculo). Estamos estudando esta questão e isso vai depender de

um diálogo, até porque os órgãos certamente têm sua programação financeira, obras em andamento. Mas a gente vai conversar, construir – afirmou Colombo ontem.

Para o secretário da Fazenda, Ubiratan Rezende, a questão jurídica com relação a inclusão do Fundeb na base de cálculo é controversa e a Procuradoria Geral do Estado está fazendo um estudo sobre o assunto. Mas Ubiratan destaca que qualquer decisão passa, primeiro, por um acerto entre o governador e os chefes dos outros poderes.

– É uma discussão política. Do ponto de vista de gestão, se não fizermos alguma coisa vamos bater no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal e isso me preocupa muito

– destaca o secretário da Fazenda.

Ubiratan defende que o Fundeb é um recurso específico e que não deveria entrar como corrente líquida disponível. Segundo o secretário, se os recursos do Fundo fossem tirados da base de cálculo dos repasses para os poderes, o governo poderia ter R\$ 310 milhões a mais em caixa.

Nesta semana, a Fazenda começa o planejamento para a elaboração do Plano Plurianual (PPA). A ideia de Ubiratan é fazer reuniões com as secretarias, empresas, fundações, autarquias e, também, com os poderes para discutir a proposta orçamentária. Conforme o secretário, a meta é elaborar um orçamento mais “impositivo”, que reflita a real disponibilidade de caixa.



## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Reportagem Especial</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: A divisão do bolo – Poderes resistem em aceitar o corte de repasses</b>		<b>Página: 4 e 5</b>

### Tribunal de Contas

## TCE evita se manifestar sobre assunto

O TCE foi procurado pela reportagem para falar sobre o assunto e o presidente Luiz Roberto Herbst informou, por meio da assessoria de imprensa, que não foi procurado pelo governador para discutir o assunto e, por essa razão, não iria se manifestar neste momento.

O tribunal é o órgão do Estado que atua na análise das contas das demais instituições (governo, prefeituras, Assembleia Legislativa, etc.). A instituição tem a atribuição, também, de fiscalizar a aplicação de recursos públicos repassados pelo Estado a municípios.

O TCE possui 530 servidores concursados e sete conselheiros que compoem um órgão deliberativo. Quatro conselheiros são escolhidos por votação da Assembleia Legislativa e três são indicados pelo governador. A remuneração de um conselheiro chega a R\$ 26,5 mil por mês. Para este ano, a previsão de orçamento do TCE catarinense é de R\$ 144 milhões, conforme a divisão aprovada pela LDO do ano anterior.

### Assembleia Legislativa

## Parlamentar diz que não sabe impacto

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, afirma que não conversou com o governador sobre o assunto e que, portanto, não conhece detalhes da proposta do Executivo.

O parlamentar diz que está aberto ao diálogo e que acredita que incluir o Fundeb na base de cálculo da divisão de recursos para os poderes é um equívoco. Merisio afirma que não sabe qual impacto teria no orçamento e no funcionamento da Assembleia uma possível alteração na repartição do dinheiro, excluindo-se, por exemplo, o Fundeb.

Para ele, a discussão precisa ser feita com muita responsabilidade porque os poderes também têm seus compromissos financeiros. O Legislativo estadual tem 40 deputados. Atualmente, 31 integram a base de apoio do governo. Cada parlamentar recebe R\$ 22,6 mil, somando salário e benefícios.

O orçamento previsto para Assembleia, neste ano, é de R\$ 365 milhões, 3,8% da receita líquida.



## CLIPPING

<b>Veículo: Diário Catarinense</b>	<b>Editoria: Reportagem Especial</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: A divisão do bolo – Poderes resistem em aceitar o corte de repasses</b>		<b>Página: 4 e 5</b>

### Ministério Público

## Procuradoria fala em honrar compromissos

O procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin, afirma que ainda não foi procurado pelo governador Raimundo Colombo para discutir o assunto. Mas Marin adianta que é contra a redução dos repasses, apesar de entender a necessidade de recursos do Estado.

Para o chefe do Ministério Público catarinense, se houver uma redução dos duodécimos haverá dificuldades para honrar seus compromissos e as necessidades da instituição, como a instalação de novas procuradorias e promotorias, além do programa de informatização.

Segundo Marin, estes investimentos têm como objetivo acompanhar a expansão do Poder Judiciário, para que o MPSC possa prestar um serviço cada vez melhor à sociedade. Atualmente, a instituição tem direito a receber 3,23% da receita, o que representa, em 2011, cerca de R\$ 316 milhões.

A estrutura do MP em Santa Catarina é composta por 42 procuradores de justiça e 322 promotores.

### Tribunal de Justiça

## Judiciário quer manter percentuais

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Trindade dos Santos, confirma que conversou, informalmente, com Colombo antes da viagem oficial de 14 dias do governador à Europa.

Na oportunidade, o desembargador afirmou que era contra a redução dos repasses, pois todo o planejamento do Poder Judiciário foi feito com base no percentual de 7,7% para este ano e de 7,85% que já está previsto para 2012.

Trindade explica que tem investido na ampliação do Poder Judiciário com a criação de novas comarcas. Em 2010, foram criadas 15 novas comarcas e o objetivo é instalar 30 outras até o final deste ano.

Ontem, ao final da cerimônia de instalação da Vara Criminal da Comarca de Biguaçu, Trindade afirmou que espera que o governador encontre outra maneira para resolver o problema de recursos e que seja mantido o que foi aprovado pela Assembleia Legislativa para o repasse aos outros poderes.



## CLIPPING

<b>Veículo: Jornal de Santa Catarina</b>	<b>Editoria: Geral</b>	<b>Data: 31/5/11</b>
<b>Assunto: Colombo pede retomada das aulas</b>		<b>Página: online</b>

### **Colombo pede retomada das aulas**

#### **Governador irá a Brasília pedir recursos para cumprir o piso**

FLORIANÓPOLIS - De volta a Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo pediu, ontem, aos professores da rede estadual, em greve há 14 dias, que voltem às aulas para que haja novas negociações e avanço na proposta. Ele afirmou que é impossível atender à reivindicação dos docentes, que exigem o pagamento do piso seguindo a progressão na carreira.

O governador informou que estudos continuam sendo feitos, para que se consiga melhorar a proposta apresentada numa medida provisória (MP), na semana passada. A decisão garante o pagamento do piso nacional do magistério de R\$ 1.187 para 35 mil professores (53%) da rede estadual que ainda não recebiam isso no salário-base. Para os demais docentes, nada mudou.

Colombo disse que sempre soube do achatamento na tabela salarial que a proposta causaria e que um novo plano de carreira está sendo discutido. Ele descartou retirar a MP, em tramitação na Assembleia:

– Ela será votada em 60 dias.

O governador desconhece o pedido de audiência por parte do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), porém disse estar à disposição.

Amanhã, Colombo terá uma reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad, quando pedirá os recursos prometidos pelo governo federal a estados e municípios que não têm condições de cumprir o piso. Ele também quer esclarecimentos sobre a lei e informações de como os outros estados estão fazendo para cumprir a legislação. O governador ainda observou que em janeiro de 2012 haverá um novo reajuste, de 22%, sobre os R\$ 1.187.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, estranhou o fato de o governador não ter recebido o pedido de audiência. De acordo com ela, o texto foi protocolado e encaminhando ao governo quinta-feira. Amanhã, o comando de greve estará reunido em Florianópolis e eles pretendem ficar em frente ao Centro Administrativo até que o governador os receba para uma audiência. **(Colaborou Mayara Rinaldi)**

[julia.antunes@diario.com.br](mailto:julia.antunes@diario.com.br) JÚLIA ANTUNES LORENÇO



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 31/5/11
<b>Assunto:</b> <b>Expansão fez crescer número de matrículas em cursos noturnos</b>		<b>Página:</b> online

#### **Expansão faz crescer número de matrículas em cursos noturnos**

Em 1999, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tinha cerca de 40 alunos matriculados no turno da noite, no curso de licenciatura em física. Em 2005, as matrículas subiram para 80, com o começo do segundo curso noturno, o de licenciatura em geografia. Em 2009, a instituição registrou 33 cursos de graduação presenciais noturnos e 1.988 matrículas.

O crescimento de cursos e de matrículas no turno da noite, segundo o pró-reitor de ensino e graduação da UFBA, Ricardo Carneiro de Miranda Filho, foi consequência da política de expansão das instituições federais, iniciada em 2005, e se fortaleceu em 2007, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Salas de aula, biblioteca e demais espaços públicos da universidade ficavam ociosos à noite. Com os recursos do Reuni, a UFBA contratou professores e técnicos e ampliou significativamente a oferta de ensino noturno. “Racionalizamos os recursos públicos e abrimos a instituição para a população que trabalha e precisa estudar à noite”, diz Miranda Filho. Em 2006, a UFBA tinha 2.030 professores; em 2009, 2.564 docentes trabalhavam na instituição para atender cursos em todos os turnos.

A história recente da Universidade Federal da Bahia repete-se nas demais instituições federais. Dados da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, contidos na Plataforma Integrada para a Gestão das Universidades Federais (PingIfes), mostram essa evolução. Em 2006, o conjunto das universidades federais registrou 139,3 mil matrículas no turno da noite. Em 2009, o número subiu para 183,6 mil, o que representa acréscimo de 44,3 mil ingressos de alunos em quatro anos.

O aumento de matrículas no período de 2006 a 2009 ocorreu em 50 das 55 universidades federais implantadas até 2009. Entre as instituições que aparecem com aumento mais expressivo no número de matrículas em cursos noturnos destacam-se a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que passou de 3.711 estudantes em 2006 para 9.047 em 2009 (acréscimo de 5.336 ingressos), e a Universidade Federal do Piauí (UFPI), que passou de 1.726 para 4.487. As universidades federais de Lavras (Ufla) e a Rural da Amazônia (Ufra) que não ofereciam cursos noturnos em 2006, aproveitaram os recursos do Reuni para criá-los. A Ufla registrou 753 matrículas em 2009; a Ufra, 100.



Novas — Entre as universidades federais surgidas a partir de 2003, a Universidade Federal do ABC (UFABC), criada em julho de 2005, registrou 1.435 matrículas em cursos noturnos em 2009, segundo dados da plataforma integrada. Também a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), que tem sede em Mossoró (RN), aparece com destaque nos dados sobre ensino noturno. Originária da Escola Superior de Agronomia de Mossoró, a Ufersa ganhou status de universidade em 2005. Em 2006, abriu 101 vagas em cursos noturnos e chegou a 2009 com 1.105 matrículas.

Criada em 2008, A Universidade Federal do Pampa (Unipampa), que tem unidades em dez cidades do Rio Grande do Sul, registrou 1.694 matrículas em cursos noturnos em 2009. O mesmo aconteceu com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em Mato Grosso do Sul. Criada em julho de 2005, a instituição matriculou 1.797 estudantes em cursos noturnos em 2006. Em 2009, as matrículas subiram para 2.115.

Censo — Dados do Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), entre 2002 e 2009, mostram a evolução no número de matrículas presenciais nas universidades federais, em todos os turnos. Em 2002, segundo o censo, as instituições registraram 500,4 mil matrículas; em 2006, 556,2 mil; em 2009, 696,6 mil.

No Nordeste, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) registrou 12,2 mil matrículas em 2002 e chegou a 2009 com 24,1 mil; no Centro-Oeste, no mesmo período, a Universidade Federal de Goiás (UFG) evoluiu de 13 mil matrículas para 16,2 mil; no Sudeste, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) passou de 26,4 mil para 34,7 mil; na região Norte, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam) foi de 18,7 mil para 21,3 mil; no Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 17,5 mil, alcançou 25,1 mil.

## Clipping

**CNTE**

### Aulas para professores começam em agosto

▷ Data: 31/05/2011  
▷ Veículo: O GLOBO  
▷ Editoria: RIO  
▷ Assunto principal: ENSINO SUPERIOR  
OUTROS

Tamanho da fonte

Capacitação começa com matemática e português; docentes terão bolsa de R\$300

Matheus Vieira\*

Uma das frentes do choque de gestão proposto pelo secretário estadual de Educação, Wilson Risolia, foi lançada ontem: a formação de professores. O programa, que vai treinar quatro mil docentes de português e matemática, começa em agosto, com parceria da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Aqueles que participarem do aperfeiçoamento vão ganhar bolsa mensal de R\$300.

Um dos objetivos é capacitar estes profissionais a lidar com o Currículo Mínimo, implantado no início deste ano em todas as escolas da rede estadual. As unidades que tiveram notas baixas ou intermediárias no Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro (Saerj) vão ter prioridade nestas vagas. O curso dura 180 horas.

A maior parte do treinamento será virtual. Os encontros presenciais serão uma vez por mês, em polos do Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado. Ao fim do processo, os professores podem fazer especialização à distância em português ou matemática em universidades públicas.

Os docentes devem entrar no site da Secretaria estadual de Educação para fazer a inscrição, de 13 a 27 de junho. Segundo Risolia, professores das outras disciplinas do Currículo Mínimo - história, geografia, sociologia e filosofia - também vão ser contemplados pelo programa, mas ainda não há datas:

- Estamos traçando um raio X, e temos uma meta para cada escola. Só para a gratificação dada neste programa, investimos R\$13 milhões.

Além da adaptação ao Currículo Mínimo, o Estado quer que os professores estejam aptos a lidar com novas tecnologias e possibilidades.

- Professores de matemática podem aprender muito com games, e queremos que eles tragam isso para a aula - explica o secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso.



## Clipping

**CNTE**

### Enem encerra inscrições no dia 10/6

- ✦ Data: 31/05/2011
- ✦ Veículo: CORREIO DO POVO - RS
- ✦ Editoria: ENSINO
- ✦ Assunto principal: ENSINO MÉDIO  
ENSINO SUPERIOR  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011 poderão ser feitas somente até o dia 10 de junho. A nota no Enem é aceita no processo seletivo de diversas universidades públicas federais e estaduais, além de instituições da rede privada. Ao completar a primeira semana de inscrições, mais de 1,8 milhão de candidatos já formalizaram participação no exame. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), esta edição 2011 deverá totalizar cerca de 6 milhões de participantes no concurso.

As provas ocorrerão nos dias 22 e 23 de outubro. As inscrições devem ser feitas, exclusivamente, via Internet (<http://inep.gov.br>), com uma taxa de R\$ 35,00, que deve ser paga até 13/6, no Banco do Brasil. Estão isentos alunos matriculados e cursando o último ano do Ensino Médio (concluintes) em instituições públicas. Mas a isenção pode ser ainda solicitada por aluno de família de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade financeira.

O Inep/MEC adverte sobre a importância de o candidato prestar informações verdadeiras e exatas durante a inscrição, para não correr o risco de o procedimento ser cancelado. Ao ter acesso à página de inscrição ao Enem 2011, o estudante precisa informar os números do RG e do CPF

## Clipping

**CNTE**

### 30/05/2011 - Professores licenciados rejeitam proposta de 15% parcelado em 3 vezes

▷ Data: 30/05/2011  
▷ Veículo: A GAZETA DO ACRE.COM  
▷ Editoria: GERAL  
▷ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Ter, 31 de Maio de 2011 00:16 JORGE NATAL .Em assembléia geral realizada ontem, em frente ao Palácio Rio Branco, os professores licenciados da pública estadual recusaram a proposta do governo. Eles aceitam o percentual oferecido (15%), mas dividido da seguinte forma: 7,5% julho e os 7,5% em janeiro de 2012. A equipe palaciana ofereceu um reajuste em três vezes de 5% cada, sendo que a primeira parcela sairia em julho de 2011, a segunda em janeiro de 2012 e a última em agosto de 2012.

"Vamos publicamente demonstrar a nossa coragem, o compromisso com uma educação de qualidade e a determinação que possuímos em lutar pelos nossos direitos. Agindo assim, ficará evidente à sociedade em geral que temos dignidade para exigir respeito e valorização da nossa categoria", conclamou a presidente do Sindicato dos Professores Licenciados do Acre (Sinplac), Alcilene Gurgel. A entidade vai apresentar a contraproposta hoje.

Eles pedem, ainda, 12 reivindicações e estão dispostos a radicalizar, caso 'o governo do avance'. Os sindicalistas argumentam que os repasses do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) permitem o aumento. "Temos uma categoria politizada, que não aceita ser ludibriada", disse o diretor sindical, Edileudo Rocha da Silva.

Sem reajuste deste 2007, o sindicalista afirma que os professores estão 'revoltados'. "É garantia constitucional a reposição das perdas salariais", complementou o professor Getúlio Santiago. Reivindicando 16% de reposições, eles querem, também, 10% de ga-nho real, reformulação do Plano de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR), aumento do valor de aula complementar do 1º ao 9º ano, gratificação para os coordenadores pedagógicos, reenquadramentos, gratificação para os professores que atuam no ensino especial, aumento nos percentuais de mestrado e doutorado, formação continuada em nível de mestrado e doutorado, dentre outros.

## Clipping

**CNTE**

### O ensino em transformação

✦ Data: 31/05/2011  
✦ Veículo: ZERO HORA - RS  
✦ Editoria: ARTIGO  
✦ Assunto principal: OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

O acelerado esvaziamento de escolas públicas tradicionais do Estado reafirma diagnósticos sobre as mudanças na área educacional e os impactos que desafiam permanentemente os responsáveis pela formulação de políticas públicas. As explicações, a partir da análise de dois ícones do Estado, o Colégio Júlio de Castilhos e o Instituto de Educação, vão desde a maior busca por ensino profissionalizante e pelas escolas particulares até o desinteresse por estabelecimentos antes voltados para formar futuros professores. Outros fatores levados em conta são a pulverização das matrículas pela rede pública e até a redução da população em idade escolar.

O conjunto de motivos define, com pequenas discordâncias entre os educadores e especialistas na área, um quadro que, de qualquer forma, é desalentador, pois também passa a ser enfrentado por outros educandários tradicionais do interior do Estado. É cômodo concluir que o fenômeno seria irreversível, pela mudança do perfil do ensino e da população. Mesmo que não se pretenda simplesmente resgatar a relevância dessas escolas por tudo que representaram até recentemente, é certo que a situação dos antigos colégios, como sempre foram carinhosamente chamados, deve contribuir para a reorientação das políticas do governo estadual e também da União.

Se um dos principais fatores, como indicam as avaliações, é o esvaziamento das escolas generalistas, em decorrência da prioridade dos jovens por uma boa formação em escola técnica, a tarefa de atender a essa demanda é, principalmente, da área federal. Ressalte-se que a educação pública não pode ser vista como parte de um mercado, mas adequada às demandas concretas de quem ainda depende de escolas mantidas pelo governo. Por isso, as novas circunstâncias, determinadas também pelo novo momento econômico e pela modernização do país, exigem reformulações no perfil dos educandários, sem saudosismo e coerentes com a realidade, as expectativas e os sonhos dos que continuam confiando no ensino público.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Senado	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 31/05/2011
<b>Assunto:</b> Programa transforma aluno em senador por três dias		<b>Página:</b> Online

#### **Programa transforma aluno em senador por três dias**

Este ano, os 27 vencedores do Concurso de Redação do Senado também terão como premiação participar do projeto Jovem Senador, regulamentado pela Comissão Diretora.

Vinte e sete estudantes serão senadores por três dias. Essa é uma das atividades previstas no programa Senado Jovem Brasileiro, criado pela Resolução 42/10 e regulamentado na quinta-feira pelo Ato 7/11 da Comissão Diretora. O programa é voltado aos estudantes de 16 a 19 anos, matriculados nos dois últimos anos do ensino médio das escolas públicas estaduais de todo o Brasil.

A partir da resolução, o Concurso de Redação do Senado Federal, que está em sua quarta edição, passou a integrar o programa, juntamente com o projeto Jovem Senador, de simulação de atividade legislativa, ambos destinados ao mesmo público.

Com a criação do programa, os 27 finalistas do concurso terão também como premiação a participação no projeto Jovem Senador, permitindo que sejam senadores por três dias, representando suas unidades da Federação.

A legislatura dos participantes começa com a posse dos jovens senadores e a eleição da Mesa. Termina com a redação dos autógrafos dos projetos aprovados na ordem do dia e a publicação no Diário do Senado Federal.

Apenas uma redação representará cada estado na fase final do concurso. Os três primeiros colocados serão escolhidos por comissão julgadora do Senado. Os coordenadores estaduais do 4º Concurso de Redação do Senado Federal são responsáveis pelo contato com as escolas públicas de seus estados e pelo recebimento das redações escolhidas para representar cada escola.

De acordo com o regulamento do programa, a data de premiação do concurso será em novembro, coincidindo com a realização do projeto Jovem Senador.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 30/05/11
Assunto: Estudar artes eleva as notas em geral		Página: A16

# Estudar artes eleva as notas em geral

Conclusão é de relatório da Fundação Iochpe, que viu melhora na escola pública

Ter contato com artes plásticas, dança, música e cinema na escola pode melhorar o desempenho geral nos estudos. É o que mostra o último relatório de avaliação do Projeto Arte na Escola, da Fundação Iochpe, que apoia programas educacionais.

Para chegar ao resultado, foram analisados os resultados da Prova Brasil 2007 referentes ao desempenho dos alunos da 8.ª série nas provas de língua portuguesa e matemática das escolas públicas nas quais o ensino de artes é realizado pelos professores do Projeto Arte na Escola. Os alunos que frequentam essas escolas apresentaram melhor desempenho que aqueles que cursam escolas fora do projeto.

Segundo os dados do estudo, finalizado neste ano, o aumento na nota de língua portuguesa é, em média, de 2,7 pontos. Em matemática, o acréscimo chega a 7,1 pontos. Participaram do relatório 150 escolas.

Para Evelyn Ioschpe, presidente do Instituto Arte na Escola – um dos programas da Fundação Iochpe –, o ensino das artes no currículo escolar é essencial para dar ao aluno um entendimento mais amplo das outras disciplinas. “Há poucas pesquisas nesse estilo no Brasil. Conhecemos mais os estudos dos Estados Unidos, que já mostram que as aulas de artes previnem a evasão e fixam o aluno na escola”, explica (mais informações nesta página).

A ex-presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e membro do Conselho Curador da Fundação Iochpe, Maria Helena Gui-

marães, afirma que o aluno que tem contato com artes desenvolve memória e conhecimento lógico e amplia seu repertório. “Ele adquire habilidades fundamentais para ter um bom desempenho nas outras disciplinas.”

**Valores.** Para os educadores, a arte pode ser explorada em diversas dimensões dentro dos outros conteúdos dados na escola. Uma análise da trajetória do artista espanhol Pablo Picasso, por exemplo, pode aparecer nas aulas de história para tratar da Guerra Civil Espanhola a partir de seu famoso quadro *Guernica*.

Más, além de elevar o conhecimento escolar dos estudantes, o ensino de arte impacta na formação cultural e humana da criança e do adolescente, formando um cidadão mais responsável e sensível. Para a professora da rede pública Jaqueline Cristina Souza da Silva, de 32 anos, de Belém (PA), a arte também serve para incentivar jovens de regiões carentes. “Há comunidades com potencial onde, por falta de estímulo, a cultura local acaba morrendo.” Ela foi uma das vencedoras do Prêmio Arte na Escola Cidadã 2010.

Julmara Sefstrom, de 34 anos, que também já venceu o prêmio e leciona em escolas municipais de Içara e Criciúma (SC), concorda. “Toda criança tem direito à cultura e à arte, mas muitas com as quais convivo diariamente só tem este acesso por meio das aulas”, afirma.

Os materiais usados devem explorar, segundo os educadores, todos os sentidos dos alunos. “A exploração de diferentes ferramentas desenvolve todo o pro-

cesso de percepção da criança”, diz a professora do Colégio Santa Maria Luciana Proença, de 31 anos, que lida com crianças de 3. “Tintas coloridas, papéis, folhas secas e até legumes podem servir”, explica.

Vera Lúcia Iamburus, de 49 anos, professora de artes do Colégio Santo Américo, diz que os estudantes devem abolir a ideia de que não vão usar o conteúdo aprendido nas aulas de artes na futura vida profissional. “Um diretor de empresa deve ser criativo e sensível para o mundo. E as artes ensinam a buscar novas perspectivas, visões e possibilidades”, esclarece.

O gosto pelas artes na educação básica pode se transformar em uma opção de carreira. “Nosso professor de música é ex-aluno da escola”, conta a vice-diretora do Colégio Renovação, Claudia Baratella. “A aula pode despertar esse gosto nos alunos: eles podem ver que a vida pode ser mais colorida.”

Janaina Peresan, de 36 anos, professora da escola Espaço Aberto, acha que as aulas devem levar a criança para um universo além da mídia de massa. “Não tenho nada contra, mas meu objetivo é levar a eles o lado lúdico da música popular e da arte circense, por exemplo”, diz.



## ‘Arte torna os humanos mais humanos’

Para a pesquisadora Evelyn Ioschpe, o ensino de artes no Brasil, apesar de ter potencial de melhorar o desempenho geral dos alunos, ainda enfrenta alguns entraves. Leia a seguir a entrevista.

● **Ter aulas de artes na escola ajuda o aluno nas outras disciplinas?**

Por legislação, o ensino de artes é obrigatório no Brasil. Mas ainda temos pouquíssimas pesquisas sobre esse assunto (*o impacto no desempenho*) aqui. O que conhecemos se refere às pesquisas feitas nos Estados Unidos, que já diagnosticaram que as aulas de artes previnem evasão e fixam o aluno na escola. E isso é muito importante, porque a evasão escolar custa bilhões por ano aos sistemas educacionais de diversas partes do mundo.

● **Por que estudar artes pode impactar no desempenho global do estudante?**

Porque as artes ajudam na organização do texto, no repertório de outros conteúdos, no raciocínio espacial, na capacidade de compreender assuntos diversos, nas habilidades de leitura e matemática, nos valores de cidadania. E também dá, ao aluno, mais comprometimento, produtividade, autoconfian-

ça e vontade de assumir riscos. O aluno passa a compreender melhor os diferentes conceitos que existem nas mais diversas disciplinas e conteúdos que ele teve, tem e terá em sala de aula. Dessa forma, o ensino de artes pode até aumentar o interesse e o gosto pelos estudos.

● **Em que sentido as artes trazem lições de cidadania à escola?**

A arte consegue trabalhar com a criatividade e a sensibilidade das crianças, despertando isso nelas. Costumo repetir uma frase que resume bem toda essa ideia: a arte torna os humanos mais humanos.

● **Como você analisa a atual situação do ensino de artes no Brasil? Quais são os principais obstáculos?**

Os últimos dados sobre educação mostram que as áreas onde mais faltam professores são nas disciplinas de física e artes. É uma questão urgente. As políticas públicas precisam contemplar isso. Precisamos formar mais e melhor esses professores que saem para enfrentar as salas de aula todos os anos. Eles chegam com dificuldades para lidar com os alunos e despreparados para entrar em sala. / M.M.

### QUEM É

\* Evelyn Berg Ioschpe é socióloga, jornalista e presidente do Instituto Arte na Escola. Envolveu-se com pesquisas e projetos voltados para educação e terceiro setor. Foi presidente do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife).



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> O Estado de São Paulo	<b>Editoria:</b> Espaço Aberto	<b>Data:</b> 30/05/11
<b>Assunto:</b> MEC não quer ensinar		<b>Página:</b> A2

#### MEC não quer ensinar

Carlos Alberto Di Franco

Acabo de ler duas instigantes obras de Zygmunt Bauman: Amor Líquido e Modernidade Líquida. Bauman, um dos mais originais e perspicazes sociólogos da atualidade, vai fundo nos paradoxos da modernidade líquida. Vivemos um tempo de incertezas, de sinais confusos, de ausência de vínculos duradouros. Mas, ao mesmo tempo, o comportamento fluido e relativista acaba, frequentemente, em arrebatos de dogmatismo ideológico. O relativismo, facilmente, transforma-se em autoritarismo.

Recentemente, a imprensa noticiou que, para evitar discriminações, o Ministério da Educação (MEC) quer renunciar ao dever de ensinar. Por exemplo, entende que pode promover o preconceito a explicação em sala de aula de que a concordância entre artigo e substantivo é uma norma da língua portuguesa. Dessa forma, o MEC aconselha a relativizar. Segundo o Ministério, a expressão "os carro" também seria correta. A sociedade, quando se deu conta do que o MEC estava propondo, foi unânime na sua indignação. Afinal, a oportunidade de aprender bem a sua língua deve ser um direito de todos.

Nesse caso, no entanto, penso que está em jogo mais do que a norma culta da língua portuguesa. Implicitamente, o MEC nos diz: na busca por um "mundo mais justo" (sem preconceitos) pode ser aconselhável dizer algumas mentiras. Na lógica ministerial, o conhecimento é munição para a discriminação.

Vislumbra-se aí uma visão de mundo na qual o critério político prevaleceria sobre a realidade das coisas, sobre a verdade. E aqui reside o ponto central, cuja discussão é incômoda para uma sociedade que não deseja utilizar o conceito "verdade". Este seria apropriado apenas para uma agenda conservadora; os contemporâneos não deveriam utilizá-lo mais.

Mas por que será que a "verdade" é tão incômoda? Porque ainda estamos imersos no sofisma moderno que confunde "ter um conhecimento certo sobre algo" com "ser dono da verdade". O engano está em equiparar "conhecimento limitado" - que é onde sempre estaremos - com "todo conhecimento é inválido".

Outro influente motivo para evitar o uso do conceito "verdade" é a aspiração por liberdade. As "verdades" tolheriam a nossa autonomia, imporiam uns limites indesejáveis; no mínimo, acabariam diminuindo a nossa liberdade de pensamento. O MEC - de fato - entende assim: numa sociedade plural, não se poderia ter apenas uma única norma culta para a língua portuguesa. Deixemos os nossos alunos "livres" para escolherem as diversas versões.

Não será que ocorre exatamente o contrário? Quem conhece bem a língua portuguesa tem a liberdade de escolher qual forma - num texto literário, por exemplo - expressa melhor a sua ideia. E pode até abrir mão da norma culta, num determinado momento.



Só terá a segurança dessa escolha quem conhecer a norma culta, caso contrário, serão tiros no escuro.

Entre liberdade e verdade não vige uma relação dialética. Elas andam juntas. O que pode provocar um antagonismo com a liberdade é uma versão absolutista de verdade, encarnada pelo sujeito que entende ser o "dono da verdade". Mas a verdade não é um objeto que se possui. A verdade é o mundo, é a realidade, são os outros. É uma porta que se abre para fora, não para dentro, e por isso pode ser contemplada por todos. Ela é democrática: está acessível a todos.

Já não será hora de superarmos a disjuntiva moderna e estabelecermos uma relação amigável com a "verdade"? Não significa fazer um pacto "espiritual" com o universo ou assinar uma espécie de declaração de alienação, abdicando do uso da inteligência e da crítica. A proposta que aqui se faz nada mais é do que buscar uma relação de honestidade intelectual com a realidade e com os outros.

Penso que essa relação de honestidade intelectual está na origem da cultura ocidental, ainda lá com os gregos. É um processo de aprendizagem, que leva a reconhecer os próprios erros, a revisar as condutas e, ainda que não seja retilíneo, trouxe indubitáveis bens (ainda não plenamente alcançados, mas que indicam a meta): o reconhecimento da dignidade da pessoa humana, o respeito e a valorização da mulher, a rejeição da escravidão, a democracia como expressão dessa dignidade, a tolerância, a compreensão, etc.

Aquilo de que mais nos orgulhamos não foi alcançado brigando com a "verdade", dizendo que tudo era relativo, que dava na mesma A ou B. Nesta lógica aparentemente ampla - mas que no fundo é estreita (porque não está aberta à realidade e aos outros, impera o subjetivo) -, quem ganha é o mais forte, aquele que grita mais alto. Já não existe um referencial adequado para o diálogo. Ficam as versões. Ficam os discursos. E ficamos à mercê dos Sarneys... E agora também dos Paloccis.

Só mais um último aspecto, agora do ponto de vista pedagógico. A visão do MEC sobre a educação corrobora a constatação feita pela pediatra norte-americana Meg Meeker. Ela considera que as principais dificuldades da educação dos jovens de hoje não são causadas por eles. Na visão dela, o problema não são os jovens - como muitas vezes os moralistas de plantão ou os saudosistas de outros tempos querem culpá-los.

A dra. Meg Meeker, com a experiência de mais de 20 anos atendendo adolescentes e pais no seu consultório, diz que a causa está nos próprios adultos, que diminuíram as expectativas da educação em relação às novas gerações. "Eles não conseguirão fazer isso..." Ou: "É impossível que ajam dessa forma..." Os próprios educadores nivelam por baixo - como se o comportamento ético fosse hoje em dia irrealizável - e depois se dizem decepcionados com os jovens.

Ministério da Educação: os alunos saberão fazer bom uso das regras de português. Não lhes impeça o acesso ao conhecimento e, principalmente, não lhes negue um dos principais motores para o crescimento pessoal: a confiança.





### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Brasil	<b>Data:</b> 31/5/11
<b>Assunto:</b> Comissão do Plano de Educação realiza audiência com duas ministras		<b>Página:</b> online

#### **Comissão do Plano de Educação realiza audiência com duas ministras**

A comissão especial sobre o Plano Nacional de Educação (PL 8035/10) promove na quarta-feira (1.º) audiência pública com a ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, Luiza Helena de Bairros; e a com ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes. Segundo a Agência Câmara, os integrantes da comissão vão discutir propostas relacionadas às duas pastas no âmbito do Plano Nacional de Educação.

A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que sugeriu o debate, disse que é necessário discutir o combate à desigualdade racial e de gênero nas escolas. “A escola reproduz valores e pode ser o principal palco, ao lado da família, do combate às desigualdades”, disse.

A audiência está marcada para as 14h30, no plenário 10.



## CLIPPING

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Você, Leitor	<b>Data:</b> 31/05/11
<b>Assunto:</b> História de professora		<b>Página:</b> 32

### *História de professora*

**ELAINE CRISTINA  
ROSA**, professora em  
Guaramirim

**D**esde criança sonhei em ser professora. Num quarto pequeno de casa, enfileirava as bonecas em cadeiras e escrevia no quadro com giz. Eram contínuas historinhas, desenhos e aquilo era real para mim. Fui crescendo e o sonho sempre se manteve. Com esforço e determinação, fiz a faculdade. Só quem não recebe as coisas de graça sabe o que é ter de escolher entre um carro, roupas novas e a profissão e tudo o que é inerente a ela. Por muitas vezes pensei em desistir. Ao mesmo tempo em que me fascinava a educação, percebi que era um dos setores que mais precisavam de mudanças no País. Fui trabalhar em empresa, mas a vontade de construir os conhecimentos adquiridos na faculdade me fizeram arriscar e, enfim, decidi seguir a carreira de professora.

Fiz pós-graduação na área, cursos de aperfeiçoamento e cada vez mais fui me sentindo realizada, mesmo tendo de enfrentar problemas de indisciplina em sala de aula e falta de interesse. Muitas vezes fui médica, psicóloga, mãe, amiga e, principalmente, equilibrista com meu salário no fim do mês. Hoje, não vejo meus alunos como as bonecas que brincava. Eles pensam, falam, e, queren-

do ou não, sou exemplo para eles. Apesar da figura de o professor perder o prestígio ao longo dos anos, muitos acreditam na idoneidade, na força e na capacidade de transformar o ser humano nos bancos escolares.

Há dias, nós, professores, estamos em estado de tensão, pois temos de decidir entre a ética profissional e vida financeira. Em que tempo estamos que para ter condições melhores de trabalho temos de abdicar do salário? Do plano de carreira? Depois da última imposição do governo, muitos acataram a ordem sem olhar aos demais injustiçados. Mal sabem eles que essa satisfação é por tempo determinado. Quem sabe os seres, que se tornarão pensantes um dia, caíam em si e percebiam que quando se luta por uma causa conjunta ela só é ganha com todos saem felizes e com espírito de vitória.

Se largarmos o barco agora, não temos a certeza de chegar a um porto seguro. Nosso barco não pode ser um veleiro que depende do vento para navegar. Ele deve ter grandes pescadores com seus remos em mãos e lutando todos juntos para chegar lá.

Chegou o momento de optar entre a luta ou o comodismo. Nossa categoria não tem culpa pela demagogia das autoridades que dizem em tempo de eleição que somos preciosos e, depois, aquela pedra no sapato. É hora de mostrar nossa força, é hora de mostrar a cara desse ser pensante que é capaz de transformar a mente daquele que um dia pode salvar uma vida ou liderar um país.